

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: Oglobo

Data: 14/11/98 Pg. 12

Class.: 12-19-01-316

Ibama descobre retirada ilegal de mogno no Xingu

Madeireiros do Sul do Pará serão denunciados e vão responder a inquérito por furto e falsificação de documento público

Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA. O Ibama descobriu que madeireiros do Sul do Pará roubaram pelo menos US\$ 70 milhões (R\$ 84 milhões) em mogno da reserva dos índios caiapó menkranotire, no Xingu. Para legalizar a madeira roubada, os madeireiros fraudaram planos de manejo e exploração, provavelmente com a conivência de engenheiros florestais do próprio Ibama, que serão investigados pela Polícia Federal. Os donos de 16 serrarias nos municípios de Redenção, São Félix do Xingu e Tucumã serão denunciados na próxima semana pelo Ibama ao Ministério Público e deverão responder a inquérito por furto e falsificação de documento público.

Fiscais comprovaram o furto na semana passada

O furto foi comprovado na semana passada por fiscais do Ibama. Impedidos de entrar na reserva menkranotire por índios armados pelos fazendeiros e prontos para o confronto, os fiscais fizeram uma inspeção nas serrarias e constataram que cerca de 80% do mogno armazenado tinham sido extraído ilegalmente da área indígena. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, baixou instrução normativa, proibindo o transporte e o beneficiamento de mogno na região. Na próxima semana, os planos de manejo dessas serrarias serão suspensos, os estoques de mogno serão apreendidos e os madeireiros, além de responder ao inquérito, serão obrigados a fazer reposição florestal.

Segundo o Ibama, os madeireiros compram cada tora de mogno (com quatro metros cúbicos) dos menkranotire por preços entre R\$ 40 e R\$ 70, e vendem a madeira serrada ao exterior por cerca



EDUARDO MARTINS: Madeireiros escolhem indígenas agressivos para se proteger das operações de fiscalização

de US\$ 700 o metro cúbico, o que lhes dá um lucro exorbitante. O mesmo mogno desembarca nos portos da Europa, valendo cerca de US\$ 1.500 o metro cúbico. Embora as suspeitas de exploração ilegal na reserva indígena fossem antigas, os donos de serrarias sempre conseguiam provar a legalidade da madeira encontrada em seus estoques apresentando

planos de manejo aprovados pelo próprio Ibama.

Dessa vez, porém, os fiscais descobriram que os documentos eram fraudados. A serraria Serra Dourada, por exemplo, obteve do Ibama um plano de manejo para benefício de 13.187 metros cúbicos, mas a inspeção comprovou que ela só extraiu 1.718 metros cúbicos. Pelo documento — assi-

nado por engenheiro florestal da Superintendência do Ibama em Belém — de cada hectare da propriedade poderiam ser extraídos 2,67 metros cúbicos de mogno. Os fiscais descobriram, no entanto, que os dados eram falsos e que no máximo poderiam ser obtidos na área 0,34 metros cúbicos de mogno por hectare.

A madeira restante era com-

prada pela Serra Dourada diretamente na aldeia menkranotire. Além de pagar multa, a serraria vai ter de devolver ao Ibama 11.468,56 metros cúbicos de mogno desse processo e mais 10 mil metros cúbicos de outro plano de manejo superdimensionado. A mesma irregularidade foi comprovada em 16 das 20 serrarias inspecionadas.

— Os madeireiros escolhem os grupos indígenas mais agressivos de propósito para se proteger das operações de fiscalização — disse Eduardo Martins.

Índios armados impedem fiscalização do Ibama

O Ibama se preparou durante dois anos para apreender a madeira extraída ilegalmente da reserva menkranotire. Seria um golpe de morte no comércio ilegal de mogno, mas os fiscais receberam a informação de que os índios estavam armados e prontos para impedir a operação. Diante da possibilidade de confronto, a operação foi cancelada, os agentes da Polícia Federal foram autorizados a voltar para Brasília e os fiscais se limitaram a inspecionar as serrarias. Porém, foram cercados pelos menkranotire quando voltavam de São Félix do Xingu para Redenção e, para não serem mortos, tiveram de retornar e entrar por uma estrada vicinal.

— Os índios estavam armados e tentaram parar um caminhão na estrada. Os 18 fiscais só não foram capturados porque conseguiram fugir — disse o chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo.

Dois meses atrás, 3 mil metros cúbicos de mogno (avaliados em US\$ 3 milhões) já tinham sido apreendidos no lado oeste da mesma reserva indígena menkranotire, numa operação que tam-

bém quase acaba em confronto. Os índios cercaram um acampamento onde estavam cerca de cem fiscais e policiais federais, mas foram convencidos a desistir do ataque. Para o Ibama, são os madeireiros que estão armando os índios e convencendo-os a impedir à força as operações de fiscalização. Embora eles negociem o mogno com os caciques caiapós, a operação é considerada furto porque a extração é feita em reserva indígena.

Eduardo Martins denunciou que empresários do Pará estão fazendo pressão para derrubá-lo do cargo por causa da instrução normativa que impede o comércio de mogno. Ele teme que a Justiça do estado dê liminar aos madeireiros autorizando o transporte e o processamento da madeira, o que vai inviabilizar a operação. Martins reclamou que a Justiça designa os próprios madeireiros como fiéis depositários da madeira apreendida pelo Ibama. Foram registrados casos em que a madeira desapareceu e a Justiça, segundo o Ibama, não tomou qualquer providência para punir os madeireiros.

Rodolfo Lobo informou que o Ibama voltará a Redenção na próxima semana para multar os madeireiros e apreender os estoques de mognos remanescentes nas serrarias. Já há informações, no entanto, de que os índios se prepararam para impedir o acesso dos fiscais às cidades do Sul do Pará. Lobo apresentou notas fiscais comprovando que os caciques caiapós menkranotires — entre eles Pykati Re Kaiapó, da aldeia Pucanu — receberam carros dos madeireiros como propina para impedir a entrada dos fiscais na reserva. As toras de mogno foram afundadas nos rios para dificultar a operação. ■